

# INDUSTRIALIZAÇÃO AVANÇA



Ricardo Stuckert

Efeito Lula: indústria brasileira sobe 30 posições em ranking global, com auxílio do BNDES. Incentivos deram resultado e Lula comemorou o salto da produção industrial

focus  
BRASIL

Indústria brasileira avança no cenário global

Um bom ano: governo celebra resultados positivos

Carol Dartora fala sobre ameaças e ataques

COP 29: o que o Brasil vai debater no encontro

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,  
Fernanda Otero, Guto Alves,  
Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

#### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidenta:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre  
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe,  
Jorge Bittar e Valter Pomar

#### CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana  
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton  
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes  
Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino  
Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de  
Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando  
Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José  
Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga  
Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires  
de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,  
Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel  
Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre,  
Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

#### SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário),  
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia  
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves  
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França  
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas  
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane  
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo  
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína  
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),  
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio  
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça  
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida  
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

#### CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

## » PROGRAMA Reconexão Periferias

Exibido quinzenalmente, às  
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



JANELA  
internacional

Exibido semanalmente,  
às quartas, 15h no  
canal da FPA. Assista!

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

ASSISTA EM: ▶ /FundacaoPerseuAbramo



# Força e tração

No segundo trimestre de 2024, a produção industrial brasileira cresceu 2,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse desempenho coloca o Brasil acima da média global, que foi de 2,0% no acumulado do primeiro semestre, destacando uma recuperação que parece finalmente ter encontrado tração **pág. 05**

## CARTA AO LEITOR

Bloqueio à Cuba: 66 anos de infâmia

**pág. 04**

## CAPA

Brasil alcança 40a lugar entre 116 nações, puxado pela indústria

**pág. 05**

## BNDES

Banco registra recorde de recursos para inovação (R\$6,6 bilhões)

**pág. 07**

## BONS VENTOS

Governo deve encerrar mais um ano com cenário econômico positivo

**pág. 08**

## BRASIL

Do financiamento global à adaptação: o que o Brasil vai debater na COP 29

**pág. 10**

## INOVAÇÃO

Mulheres e Google firmam parceria para canais de denúncia de violência doméstica

**pág. 12**

## ENTREVISTA

Carol Dartora, sofreu um dos piores ataques da sua trajetória política

**pág. 13**

## ALARMANTE

Violência política dispara em 2024, diz estudo

**pág. 19**

## SOLIDARIEDADE

Com a crise energética e bloqueio, FPA conclama apoio internacional a Cuba

**pág. 26**

## INCENTIVO

Fomento da Lei Aldir Blanc de fomento repassou R\$2,98 bi no primeiro ano

**pág. 27**

## EUA

Pesquisas apontam pequena vantagem de Kamala Harris; eleições acontecem dia 5/11

**pág. 29**



# Bloqueio à Cuba: 66 anos de infâmia

São 31 anos de aprovações na ONU  
contra o embargo. O período é o mesmo  
do descumprimento por parte dos EUA

Alberto Cantalice

O bloqueio econômico imposto à Ilha de Cuba perdura 66 anos, quase sete décadas. Quando da existência do COMECON (Conselho para Assistência Mútua), criado pela antiga União Soviética e composto pelos demais países de orientação socialista, a vida na Ilha se desenvolveu sem grandes percalços.

Cuba cedia açúcar, medicamentos e fumo e recebia em troca combustível. O combustível é vital para o país. Sua energia provém

de usinas termelétricas movidas a petróleo. Pelas condições geográficas, é quase impossível criar uma base renovável de energia como a brasileira: hidrelétrica.

O debacle dos países do chamado “socialismo real”, ou puramente estatal, foi mortal para os cubanos. Ampliando, em muito, a escassez de oferta de mercadorias e serviços postos à disposição da população.

No período em que Obama esteve à frente da Casa Branca, houve um pequeno afrouxamento no garrote que asfixia Cuba com o bloqueio imposto há décadas pelos ianques. Entretanto, com a ascensão de Donald Trump o nó foi cada vez mais apertado. Situação

que perdura na já ultrapassada “era” Joe Biden.

Abertura no horizonte

Cuba vem dando reiterados sinais do desejo de abrir a economia aos moldes do Vietnã e da China. Para isso, é urgente derrubar esse bloqueio infame.

Recentemente, na ONU, o presidente Lula criticou o embargo: “É injustificado manter Cuba em uma lista unilateral de Estados que supostamente promovem o terrorismo e impor medidas coercitivas unilaterais, que penalizam indevidamente as populações mais vulneráveis”, disse a líderes e representantes das nações.

Reiteradas vezes, a Assembleia Geral da ONU aprovou resoluções exigindo a suspensão do bloqueio à Cuba. Resoluções essas, solenemente ignoradas pela empáfia norte-americana. São 31 anos de aprovações na ONU contra o embargo. O período é o mesmo do descumprimento por parte dos EUA.

Cuba, como nação independente e soberana, tem o direito inalienável a sua autodeterminação. Não pode os EUA querer impor a ferro e fogo suas concepções de “democracia”.

Nos últimos tempos o que se vê é uma democracia canhestra, disruptiva em Washington. Vide o exemplo da invasão do Capitólio e a recente captação de sufrágio à céu aberto promovida por Elon Musk e seus sequazes, na defesa da candidatura de Donald Trump.

Solidariedade

Além das dificuldades enfrentadas com o apagão da energia, Cuba enfrentou nesta segunda-feira, 21, a passagem do furacão Oscar que deixou 6 mortos e muitas áreas inacessíveis.

Ser solidário à Cuba neste momento, transcende as questões de ideologia. É uma questão de Humanidade. Fim do bloqueio já!



Ricardo Stuckert

# Com incentivo do governo, Indústria brasileira avança e surpreende no cenário global

País alcança 40<sup>a</sup> lugar entre 116 nações, puxado pela indústria de bens duráveis

Redação Focus Brasil

**A**pós anos de desafios, a indústria de transformação brasileira começa a dar sinais consistentes de recuperação. Segundo relatório do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o Brasil subiu 30 posi-

ções no ranking mundial de crescimento da produção industrial, elaborado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido). Agora, o país ocupa a 40<sup>a</sup> posição entre 116 nações, uma melhora expressiva em relação ao 70<sup>o</sup> lugar registrado em 2023.

No segundo trimestre de 2024, a produção industrial brasileira cresceu 2,9% em comparação com o mesmo período do ano an-

terior. Esse desempenho coloca o Brasil acima da média global, que foi de 2,0% no acumulado do primeiro semestre, destacando uma recuperação que parece finalmente ter encontrado tração.

Economistas apontam que o avanço é reflexo de uma combinação de fatores econômicos e políticos. “A indústria de bens duráveis é a principal responsável por esse dinamismo.

Além disso, há fatores como a



**ACREDITA** - Expandido por Lula, programa vai injetar R\$ 50 bi na economia brasileira

criação de empregos com melhores salários, o aumento do rendimento real, a acomodação da inflação e programas públicos como o reajuste do salário-mínimo e a ampliação do Bolsa Família”, explicou Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

O bom desempenho da indústria brasileira contrasta com os números negativos de outros países da América Latina, como México (-1%), Chile (-0,6%), Colômbia (-3%) e Argentina, que apresentou uma queda de 17,1%, a segunda pior no ranking, atrás apenas da Palestina, com retração de 28,5%. Em termos globais, o Brasil também superou potências como Estados Unidos (-0,1%), Reino Unido (-0,5%) e França (-1,5%).

## Selic e políticas públicas favorecem recuperação

Um dos principais motores desse crescimento foi o ciclo de queda na taxa básica de juros (Selic). A partir de agosto de 2023, a Selic passou de 13,75% para 13,25%, e ao final de maio de 2024, estava em 10,50%. Essa redução facilitou o crédito e impulsionou tanto o consumo quanto

a produção industrial. Embora a taxa tenha subido para 10,75% em setembro, esse aumento não afetou o período analisado e não diminuiu o impacto positivo acumulado nos trimestres anteriores.

Além dos juros mais baixos, outras políticas tiveram papel crucial na recuperação. Destacam-se iniciativas como a retomada dos financiamentos de longo prazo pelo BNDES e a redução de impostos sobre veículos. São medidas que ajudaram a injetar demanda na economia e fortaleceram o setor produtivo.

Com um crescimento acumulado de 2,3% no primeiro semestre de 2024, a indústria brasileira não apenas superou a média mundial, mas também deu sinais de que pode sustentar uma trajetória de recuperação mais ampla para a economia do país. O impacto desse desempenho positivo se espalha por outros setores, criando um efeito de “encadeamento” que pode favorecer a retomada econômica em diferentes frentes.

Essa guinada no setor industrial sugere que o país, após anos de instabilidade, está encontrando caminhos para um crescimento mais robusto e sustentável, com o fortalecimento do consumo e maior previsibilidade nas

políticas econômicas.

## Presidente e vice comemoram

Em mais uma dobradinha nas redes sociais, o presidente Lula e o vice e ministro do Desenvolvimento Geraldo Alckmin comemoraram o resultado. Lula escreveu primeiro, provocando quem ainda chama de acaso a sucessão de bons resultados que o país vem alcançando: “O Brasil não para de avançar, doutor Geraldo Alckmin (...) Alguns chamam de sorte, mas é só trabalho duro”.

O vice-presidente logo respondeu, reforçando a mensagem e afirmando que “a sorte segue a coragem desde que a coragem seja competente, presidente Lula”. Afinal, tantos bons resultados assim só podem ser fruto de um trabalho sério, dedicado e focado no crescimento do país e no bem da população.

## Nova Indústria Brasil

O Nova Indústria Brasil (NIB), plano lançado pelo governo para fortalecer o setor, é apontado como um dos principais fatores por trás da retomada. Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi, destaca que, além da política industrial, a recuperação tem sido beneficiada pelo impacto defasado da redução da taxa Selic, iniciada em 2023, que facilitou o acesso ao crédito para a compra de bens duráveis. “É justamente essa indústria de bens duráveis que vem puxando o dinamismo industrial brasileiro neste ano”, observa.

## Acredita: R\$50 bi injetados

O presidente Lula anunciou na última sexta-feira (18) a expansão do programa de crédito Acredita, para beneficiar pequenos negócios interessados em exportar produtos. Durante evento em São Paulo, Lula assinou projeto de lei,



**SAÚDE** - Novo PAC prevê modernização de laboratórios e parcerias público-privadas para aumentar produção nacional de medicamentos e insumos essenciais

a ser enviado ao Congresso Nacional, que permite a adoção de alíquotas diferenciadas por porte de empresa no regime que envolve o reembolso de valores tributários existentes na cadeia produtiva de empresas exportadoras. Nos próximos anos, o Acredita vai injetar R\$ 50 bilhões na economia.

O Acredita foi lançado por Lula em 22 de abril, por meio de Medida Provisória, enviada ao Congresso. O foco da iniciativa é oferecer crédito com taxas de juros diferenciadas para quem mais precisa: os pequenos empreendedores. O programa cria linhas de crédito para públicos variados: dos usuários do CadÚnico, que terão acesso a microcrédito orientado a empresas de pequeno porte.

## Saúde

O Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Geceis) anunciou, na última semana, um investimento histórico de R\$ 4,2 bilhões, como parte do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, para a produção nacional na área da saúde.

O foco é atender as demandas estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da moder-

nização de laboratórios públicos, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e novas parcerias público-privadas.

O montante será distribuído em 42 projetos selecionados pelo Ministério da Saúde (MS), abrangendo 16 instituições até outubro de 2024. As iniciativas buscam fortalecer a produção de insumos essenciais, como vacinas, medicamentos para doenças negligenciadas, anticorpos monoclonais, radiofármacos e Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA), economizando na dependência monetária.

Hoje, o Brasil importa 90% da IFA e atende apenas 50% da demanda nacional de equipamentos médicos com produção local. A meta do governo é atingir 70% da produção nacional em 10 anos, com previsão de R\$ 8,9 bilhões em investimentos até 2027.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou a importância dessa medida para o fortalecimento do SUS no Brasil.

“Este é um momento importante para a nova política industrial e para as metas do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que se tornam realidade graças ao trabalho conjunto de todos os envolvidos”, afirmou. ■

# BNDES registra recorde de recursos para inovação

Do total aprovado, R\$ 6,6 bilhões (73%) vieram do programa BNDES Mais Inovação

As aprovações do BNDES para projetos de inovação atingiram R\$ 9 bilhões em setembro de 2024, o maior valor já registrado pela instituição.

Do total aprovado, R\$ 6,6 bilhões – ou 73% – vieram do programa BNDES Mais Inovação, que oferece crédito com taxas subsidiadas pela Taxa Referencial (TR). Esse resultado marca um novo recorde, com as aprovações para inovação agora representando 6,5% do total de operações aprovadas pelo banco.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou a importância estratégica desse tipo de financiamento. “As principais economias do mundo fazem política industrial de inovação com recursos públicos a custos competitivos e é justamente isso que estamos fazendo”, afirmou.

Mercadante também ressaltou o papel do banco na recuperação da indústria nacional. “O BNDES voltou a ser a casa da indústria, um setor que gera renda, atração de divisas e empregos qualificados.” ■



Ricardo Stuckert

# Governo deve encerrar mais um ano com cenário econômico positivo

Novos avanços na economia mostram que terceiro mandato do presidente está conseguindo enterrar herança maldita da gestão anterior e melhorar a vida da população brasileira

Henrique Nunes

**E**ntre o início de 2003 e o final de 2010, a frase “nunca antes na história deste país” foi o mantra da enorme revolução econômica colocada em prática pelas duas primeiras gestões do presidente Lula. Agora, os tempos são outros, mas as mudanças continuam. Desta vez não como revolução, mas como reconstrução.

Prestes a completar a metade

do seu terceiro mandato, Lula e seu gabaritado time já fizeram o suficiente para deixar para trás bolsonarista ao país - a começar pela superação da miséria extrema. Mas não só.

Com novas roupagens para medidas antes consagradas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa Minha Vida, os Mais Médicos e tantos outros, o governo tem mudado para melhor a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Se o que era bom ficou melhor, imagine só o que tem causado as iniciativas que se conectam com

os novos tempos. Um bom exemplo é a rigorosa meta de reduzir os danos ao meio ambiente ao mesmo tempo em que gera novas oportunidades de negócios. A aquisição dos ônibus elétricos está aí para provar.

A seguir, listamos algumas das mudanças recentes promovidas pelo governo Lula e que já estão causando enormes impactos não só à imagem do país como na vida da população. Confira.

## PIB supera expectativas

Apesar das projeções contrárias do mercado e seus analistas,

a projeção do Produto Interno Bruto tem superado as expectativas a cada período. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou recentemente o que o presidente Lula tem reiterado em todos os discursos: a economia brasileira vai crescer acima do esperado pelo mercado em 2024. De abril a junho, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou aumento de 1,4%, na comparação com o primeiro trimestre, e avançou 3,3%, em um ano.

De acordo com o IBGE, o PIB totalizou R\$ 2,9 trilhões no segundo trimestre deste ano. Desse montante, R\$ 2,5 trilhões são referentes ao Valor Adicionado Bruto a preços básicos. Outros R\$ 387,6 bilhões resultam dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

A Indústria e os Serviços foram os principais responsáveis pela ascensão do PIB brasileiro: ante o primeiro trimestre deste ano, esses setores cresceram 1,8% e 1,0%, respectivamente, de abril a junho. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, a expansão chegou a 3,9%, na Indústria, e a 3,5%, nos Serviços. É muita coisa.

## O que já era bom está melhor

Lula já havia tirado o país da miséria uma vez e está tirando de novo. Até o momento, mais de 24 milhões de brasileiros já deixaram de passar fome. O número havia sido agravado durante a gestão de Jair Bolsonaro e tem caído com uma série de medidas tomadas pela atual gestão. Uma delas é a reformulação e ampliação de programas já existentes não só na área social como na saúde e na educação.

Desde o seu retorno à presidência, Lula já promoveu a reconstrução do SUS, a volta do Farmácia Popular, do Minha Casa Minha Vida, do Mais Médicos. Também

anunciou a instalação de 100 novos institutos federais e a criação de vagas em creches, passando pelo Programa Pé de Meia – para estimular os estudantes mais pobres a concluírem o ensino médio – e pela abertura de 1 milhão de novas vagas no ensino em tempo integral.

## Transportes

O setor rodoviário interestadual cresceu 33% no número de passageiros no 1º semestre de 2024, conforme dados da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Janeiro e fevereiro, impulsionados pelas férias e pelo carnaval, registraram o maior volume de passageiros, mas o crescimento seguiu firme durante os primeiros seis meses.

O faturamento no semestre alcançou R\$ 27 milhões, um aumento notável comparado aos R\$ 4 milhões de 2019 e aos R\$ 20 milhões registrados no ano passado, segundo a Abracorp.

## MEI no foco

Lula participou, no dia 18 de outubro, do evento “Acredite no seu Negócio”, voltado a estimular e fortalecer o empreendedorismo nacional. No encontro, o Governo Federal detalhou as modalidades de acesso ao crédito pelo Programa Acredita, sancionado no início do mês por Lula e publicado na forma da Lei nº 14.995/2024.

“Estamos criando uma política de crédito para fazer esse país dar um salto de qualidade. As pessoas querem trabalhar por conta própria, querem ser empreendedoras, querem montar um comércio, uma agência de turismo, fazer um instituto de beleza”, listou o presidente.

“O que estamos fazendo é confirmando a ideia de que é preciso fazer com que o dinheiro circule. O dinheiro não pode ficar con-

centrado na mão de poucos. Tem de circular na mão de muitos, porque é isso que faz a economia funcionar. Vamos proibir que a burocracia atrapalhe o Acredita”, afirmou Lula.

No evento, Lula assinou a ampliação do programa para a criação do Cartão MEI. A iniciativa fortalece e apoia o segmento dos MEIs. Ajuda a promover a formalização, facilita operações comerciais e contribui para a sustentabilidade dos pequenos negócios. O cartão vem personalizado com nova logomarca exclusiva MEI, trazendo o pertencimento dessa categoria ao empreendedor, além de QR Code que redireciona ao Portal do Empreendedor.

O produto servirá como cartão de crédito e débito exclusivo para MEIs, com vantagens como anuidade zero, plataformas de engajamento e capacitação. Em breve, outros bancos poderão aderir à iniciativa de fortalecimento, reconhecimento e apoio aos microempreendedores individuais.

## Emprego formal

O Brasil registrou em agosto de 2024 um saldo de 232.513 vagas com carteira assinada. O número representa 22% a mais de empregos formais em comparação a julho, quando o saldo foi de 190 mil.

O saldo foi positivo nos cinco grupamentos de atividades econômicas avaliadas e nas 27 Unidades Federativas. Os dados do Novo Caged foram divulgados na manhã desta sexta-feira, 27 de setembro, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os novos dados sobre o mercado de trabalho divulgados inspiram otimismo. O IBGE divulgou a Pnad Contínua do trimestre móvel de junho a agosto de 2024, que mostra a menor taxa de desocupação dos últimos 12 anos e o maior número de pessoas empregadas, com ou sem carteira, da história. ■



# Do financiamento global à adaptação climática: o que o Brasil vai debater na COP 29

Governo anuncia discordância com países ricos; pesquisadora ambiental fala das expectativas e da necessidade do país fazer a lição de casa

Claudia Rocha

**N**o mês que vem, entre 11 e 22 de novembro, será realizada mais uma COP, que é a conferência global do clima organizada pela Organização das Nações Unidas, a ONU, com a participação de todos os países sig-

natários. A edição 29 do encontro será realizada em Baku, capital do Azerbaijão. Na semana passada, em coletiva de imprensa, o governo brasileiro falou sobre as expectativas e o posicionamento do Brasil na COP 29.

A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, e o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Itamaraty, o embaixador André Corrêa do Lago, pontuaram

que o tema central da conferência neste ano será a questão do financiamento para as medidas que visam combater globalmente o avanço das mudanças climáticas, com foco no aquecimento do planeta.

Os representantes do governo afirmaram que o posicionamento do Brasil será de discordância com os países ricos, que esperam que a conta seja dividida também entre os países em desenvolvimento, o que incluiria o Brasil. “Os países desenvolvidos decidiram levar a discussão em uma direção que os países em desenvolvimento não aceitam: dizer que nesta nova etapa o tema principal é aumentar a base de países doadores”, disse o embaixador.

Ana Toni destacou que “isso não é aceitável de jeito nenhum” ao comentar a tentativa dos países ricos de transformar uma contribuição voluntária em obrigatória. A visão brasileira não é isolada, apontaram o Itamaraty e a pasta do Meio Ambiente. A China e o grupo G77, que reúne países em desenvolvimento, estão fechados no sentido de refutar a proposta de alteração.

**Do Acordo de Paris até agora**

O modelo de financiamento, que ainda está vigente, previa o investimento de 100 bilhões de dólares dos países ricos de 2020 até 2025, e foi instituído a partir do Acordo de Paris. Em substituição ao Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris foi debatido na COP 21 e começou a valer em 2016, com a perspectiva de criar mecanismos para a redução dos gases do efeito estufa. Os países em desenvolvimento, no entanto, indicam que o acordo não foi completamente cumprido.

Dentre as metas do acordo, foram elaboradas as NDCs, que são as Contribuições Determinadas a Nível Nacional, e tratam das metas domésticas que cada país se compromete a cumprir levando em conta suas possibilidades; o que pressupõe, segundo especialistas, colocar políticas efetivas na mesa.

Para a pesquisadora Mariana Belmont, é importante destacar o tema da adaptação climática, que ela aponta como “o patinho feio” das negociações do clima. “Em adaptação, os países precisam fechar as metas globais, e será necessário incluir o que considero central nas discussões, um olhar para o combate às desigualdades raciais, de gênero e territórios nos textos e nas ações efetivas”, defende.

“Estamos vendo cidades inteiras sendo arrasadas pelos eventos climáticos, adaptação não é só infraestrutura, é combate às desigualdades históricas coloniais”, ressalta Belmont.

Organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (Oralíтурas, 2023), Mariana Belmont é ativista em movimentos e organizações que discutem questões das periferias e atuou em cargos relacionados às questões ambientais e de habitação na Prefeitura de São Paulo. Ela participou da COP 28,

em Dubai, enquanto representante da sociedade civil brasileira.

“Os espaços fora das salas de negociação nos dão a possibilidade de confluência, troca e pressão para os países. As negociações continuam por lá também”, explica a pesquisadora, que acredita no poder de articulação entre as organizações sociais no sentido de pressionar governos.

Sobre o tema da adaptação, Ana Toni, secretária do MMA, destaca que poucos países têm planos nacionais elaborados. No Brasil, a pasta do Meio Ambiente afirma que o Plano Clima busca identificar alternativas em termos de custos e efetividade para o país cortar emissões, levando em conta ações como o fomento a práticas de agropecuária de baixo carbono, o aumento da eficiência energética, a oferta de hidrogênio verde e uso de outros combustíveis de baixa emissão, até a coleta seletiva de lixo e o aproveitamento energético dos resíduos sólidos.

Outro assunto que deve estar na pauta dos principais debates da COP 29 é o mercado de carbono. O Brasil possui a maior área de floresta tropical do mundo, o que faz com que o país tenha protagonismo a partir do papel fundamental desempenhado pelo bioma amazônico. Para a secretária de Mudança do Clima, o mercado internacional está andando com mais celeridade, enquanto, por aqui, há no Senado a discussão do PL nº 182/2024 que trata da regulamentação do tema.

### **Brasil e a COP 30**

Para Belmont, a realização da COP 30 no Brasil, em Belém, capital paraense, coloca uma camada extra na necessidade de uma liderança brasileira no processo internacional. O país que sedia a conferência também preside os trabalhos. “Haverá pressão para dar o exemplo dentro de casa, co-

locando o pé na porta para cobrar que os países ricos coloquem dinheiro nas negociações e parem de recuar”, opina.

Além disso, a ativista ambiental compartilha suas expectativas para a participação do país no evento: “espero que o governo brasileiro entregue participação social para a sociedade, além de mostrar internacionalmente o que é uma construção política com visão de futuro e uma negociação inclusiva e participativa, que não seja feita a portas fechadas.”

E para as políticas que considera como lição de casa urgente do Brasil: “temos falhas absurdas como território quilombola sem titulação, marco temporal batendo na porta e territórios indígenas sem demarcação”, elenca Belmont.

### **COP 16, na Colômbia**

Além da Conferência das Partes, em novembro, haverá outra conferência que irá tratar de um assunto ambiental bastante caro globalmente, que é a questão da biodiversidade. A Conferência das Nações Unidas para Biodiversidade, também chamada de COP, está na 16ª edição, realizada na Colômbia, com início nesta segunda-feira (21) e encerramento em 1 de novembro.

Após sofrer um acidente doméstico e cancelar a viagem para a Rússia, onde participaria da Cúpula dos Brics, o presidente Lula anunciou que deve participar da edição colombiana da COP da Diversidade. Segundo interlocutores do Planalto, o chefe de Estado brasileiro pretende chegar ao país na terça-feira (29), a presença deverá ser confirmada após novos exames e autorização médica. Antes do acidente, Lula confirmou viagem ao Azerbaijão para participar das negociações da COP 29.

# Mulheres e Google firmam parceria para canais de denúncia de violência doméstica

Iniciativa faz parte do esforço da pasta em reunir apoio de empresas para ampliar rede de proteção às mulheres que estão em situação de risco

O Ministério das Mulheres e o Google Brasil firmaram parceria para ampliar a divulgação do Ligue 180. Por meio de uma plataforma, cidadãos e cidadãs poderão ter acesso a serviços de apoio e denúncia de casos de violência doméstica.

“É mais um passo importante para o enfrentamento à violência contra a mulher, sendo o Google um parceiro estratégico para potencializar a divulgação do Ligue 180 e suas formas de acesso. Temos agora um grande reforço enquanto ação de prevenção à violência e combate à desinformação, em que o buscador do Google estará fornecendo informações verificadas e confiáveis sobre o Ligue 180 no topo dos resultados de pesquisas sobre conteúdos relacionados à violência contra a mulher”, afirma Ellen dos Santos Costa, coordenadora-geral do Ligue 180.

De acordo com o MMulheres,

ao pesquisar por termos relacionados ao tema como “ajuda violência contra mulher” e “ajuda violência doméstica”, a população brasileira terá acesso rápido e fácil, nos resultados da pesquisa do Google, aos canais de atendimento e links para a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Além disso, a página inicial dará destaque aos canais de atendimento da Central de Atendimento à Mulher, do Ministério das Mulheres e do Centro de Valorização à Vida (CVV).

“A violência doméstica é um problema social que requer uma resposta coletiva. Ajudar as vítimas a encontrar rapidamente um contato para suporte faz parte da nossa missão de tornar a informação universalmente acessível”, afirmou Luisa Phebo, líder de parcerias estratégicas de impacto social para a busca do Google na América Latina. O recurso já está disponível em países como Índia, Peru, México, Austrália e Estados Unidos.

Importante destacar que, em 2023, o Ligue 180 recebeu 568,6

mil ligações. Foram 1.558 chamadas diárias de mulheres denunciando ameaças à integridade psíquica, física, negligência ou patrimonial.

## Enfrentamento coletivo à violência doméstica

A ação firmada com o Google Brasil é mais uma estratégia do Ministério das Mulheres para reunir apoio de empresas e da sociedade a fim de criar um grande movimento de combate à violência contra as mulheres.

Parte do esforço integra a mobilização nacional pelo Femicídio Zero, iniciativa lançada em agosto pela pasta. Outra ação que também busca uniformizar dados sobre os serviços de combate à violência é o Painel do Ligue 180.

Lançado em fevereiro, a ferramenta interativa desenvolvida pela pasta tem o objetivo de facilitar o acesso da população e dos gestores e gestores a informações sobre os serviços da rede de atendimento existente nos municípios e estados brasileiros.

Estão cadastrados 2.580 serviços, divididos entre: Delegacias Especializadas e Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher em Delegacias Gerais; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas (NUDEM); Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos; Juizados e Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Centros de Referência e de Atendimento à Mulher (CRAMs, CEAMs etc.); Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório e Casas-de-Passagem; Serviços de Saúde a Pessoas em situação de violência sexual; Casa da Mulher Brasileira; e Patrulhas Maria da Penha. ■

Da Redação do Elas por Elas, com informações do Ministério das Mulheres e da Forbes Brasil

# “Não é a primeira vez que eu recebo ameaças de morte. Isso nos coloca num estado de alerta, de medo”

Fernanda Otero

**A** primeira deputada federal negra do estado do Paraná, Carol Dartora, sofreu um dos piores ataques digitais da sua trajetória política. “O ataque é para coibir, apagar, silenciar, frustrar, minar, inibir a nossa atuação política. E se eu disser que isso não tem efeito, é mentira”, declarou.

O Paraná é o terceiro estado brasileiro com a maior população

branca de acordo com o censo de 2022 do IBGE. Os brancos são 64% da população e apenas 4,2% são pretos. Para a deputada, a dificuldade de punição é a maior dificuldade em enfrentar o problema. “Enquanto não conseguimos punir esses grupos, eles continuam afirmando que não têm medo (da Polícia Federal), o que é bastante assustador” explicou.

Carol é mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná e especialista em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio

de Janeiro, atuou como professora na rede pública estadual entre 2013 e 2021, quando se afastou para exercer mandato de vereadora. Elegeu-se deputada federal em 2022 com 130.654 votos.

Defensora ativa das cotas raciais e de gênero, e de políticas para combater a violência política e racial, ela defende a importância da educação para as relações étnico-raciais e do fortalecimento da identidade negra na sociedade brasileira. Sua trajetória é marcada pelo compromisso em promover justiça social e igualdade, enfrentando os desafios relacio-

nados ao racismo e à misoginia em seu trabalho político. Confira a entrevista concedida à FOCUS.

**- Deputada, gostaria de começar pedindo para você nos contar sobre as ameaças que você recebeu nos últimos dias.**

- Bom, nesses últimos dias eu recebi um ataque extremamente pesado. Foram mais de 40 e-mails, com ataques racistas, misóginos, com incitação ao suicídio, incitação ao estupro, ameaça de violência sexual, enfim, relacionando com a atividade parlamentar. Então, é muito assustador. Não é a primeira vez que eu recebo ameaças de morte, e realmente isso nos coloca num estado de alerta, de medo. Eu não tinha ainda entendido efetivamente quais são os impactos dessas ameaças, de uma ameaça de morte, enfim, de ver tanta violência misógina e racista. O conteúdo é muito pesado. A primeira vez que eu recebi esse tipo de ameaça, foi quando eu fui eleita vereadora em 2020 e naquele primeiro momento, como isso era uma situação nova na minha vida, não tinha vivido essa exposição, não tinha vivido algo semelhante diretamente, eu não contabilizei os impactos. Naquele momento eu fui buscar pela minha segurança, fizemos todas as denúncias de que isso se trata de violência política, porque naquele momento estava sendo eleita a primeira vereadora negra de Curitiba, mas ao longo da minha trajetória, de lá para cá foram quatro anos, fui percebendo os efeitos disso. Então, eu tive síndrome do pânico, eu conheci o que são as crises de ansiedade, eu passei a ter medo de andar na rua, eu passei a ter muito medo de estar em espaços públicos, e esse eu vejo que é o maior ataque. Para mim, a centralidade da violência política está aí, porque estar na política institucional é estar exposta, é estar nos espaços públicos, é falar

publicamente, é muitas vezes estar em uma praça, é muitas vezes estar em cima de um caminhão, então não é justo que esse espaço que a gente vem galgando com tanta dificuldade, com tanta construção. O movimento negro, o movimento de mulheres negras, o movimento de mulheres, vem lutando para que a gente possa ocupar um espaço público há tanto tempo, e quando a gente começa a chegar, sofremos esse tipo de violência que visa justamente nos tirar desse espaço.

## **Eu tive síndrome do pânico, eu conheci o que são as crises de ansiedade, eu passei a ter medo de andar na rua**

**- Quais as medidas que a senhora tomou para se proteger? E ainda, como tem sido a atuação do Ministério Público, da Polícia Federal, no combate a essas violências que afetam especialmente as mulheres negras, parlamentares? A senhora acha que essas medidas, esses procedimentos têm sido eficientes?**

- Eu recebo ataques o tempo todo, mas dessa forma foi a segunda vez. O que é interessante é

que, nesses últimos e-mails, eles realmente se declararam um grupo de ódio, um grupo neonazista, afirmando não ter medo da Polícia Federal. Através das investigações em andamento, percebemos que é o mesmo grupo que promoveu ataques em 2020 contra várias parlamentares, como Duda Salabert, Erica Malunguinho e Taliria Petrone. Eles já realizavam esses ataques antes de mim, parecendo atuar desde 2018, em 2020 e agora em 2024. Acionamos todos os órgãos competentes, como o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Polícia Legislativa. E o que a gente percebe? A dificuldade de punição. Esse é o maior gargalo. Enquanto não conseguimos punir esses grupos, eles continuam afirmando que não têm medo, o que é bastante assustador. E, no sentido de não conseguirmos a punição, eu sinto que permanecemos fragilizadas. O que percebemos e nomeamos como violência política, eu tenho chamado de violência política de gênero e raça. Claro, tem um componente de gênero absurdo. Em um dos e-mails, eles dizem que querem se masturbar com o meu corpo sem vida. Então, o componente misógino aqui é absurdo. Mas tem o agravante da raça. É ainda muito recente a lei de violência política de gênero e ainda não conseguimos refiná-la o suficiente para que ela abrace o que significa essa desigualdade multiplicada que o componente racial traz. Somos pouquíssimas mulheres negras no parlamento, somos pouquíssimas mulheres negras na política. E dizer que a gente tem tido proteção, que a legislação tem sido suficiente, que a segurança tem sido suficiente, não tem sido suficiente. E como digo, para mim, o maior impacto é o impacto na nossa atuação. O ataque é para coibir, apagar, silenciar, frustrar, minar, inibir a nossa atuação política. E se eu



disser que isso não tem efeito, é mentira. A nossa atuação política é constantemente acidentada por situações como essas. Então, a gente está desprotegida. Já temos que trabalhar o dobro para chegar onde estamos, já trabalhamos cinco vezes mais para provar competência, e quando chegamos, a nossa atuação tem constantemente essas perturbações, esses acidentes, com o objetivo nítido, de silenciar o que a gente diz, de silenciar o que a gente fala. Quando um grupo se declara neonazista, o que ele está dizendo? As injúrias raciais são sobre a cor da minha pele, sobre a textura do meu cabelo? Isso é racismo. Eu sou a primeira deputada federal negra do estado do Paraná. E eles disseram que não têm medo da

Polícia Federal de Curitiba. E eu estou nessa cidade, capital deste estado, que é uma das cidades com o maior número de células neonazistas no Brasil. Enquanto neonazistas tiverem palanque e ideologias, grupos de ódio, grupos de propagação de ódio, que têm liberdade na internet, eles se reúnem, se organizam, se convidam, promovem ataques e conseguem palanque. Porque a gente percebe figuras políticas hoje que fazem de discurso de ódio, de racismo, de misoginia, palanque político.

**- A senhora consegue identificar algum evento que despertou essa nova série de ataques?**

- Tem duas circunstâncias. Recebi 40, 41 e-mails. Alguns eu nem li, eu não queria ter lido ne-

nhum. Mas eu acabei tendo acesso a alguns e não tem como não dizer que não machuca, que não é pesadíssimo, que não dá medo. Enfim. Mas foram, se não me engano, 41 e-mails ou mais. E sim, eu acredito que tem dois eventos. O primeiro fato é que eu fui pré-candidata à prefeitura aqui na cidade de Curitiba, uma cidade que se diz uma cidade branca. E aqui acompanhamos, de fato, uma reconhecida propagadora de discurso de ódio e de desinformação ir para o segundo turno. Eu acredito que esse evento, sim, empoderou esses grupos e essas ideologias de ódio neonazistas. Essa figura que aqui ascendeu ao segundo turno, surpreendentemente para alguns, tem um tipo de discurso que circula na deep

web. As pessoas não sabem por onde essa campanha caminhou. Algumas pessoas perguntam isso. Por onde essa campanha passou? Essa campanha passou na deep web, por onde circulam as fake news, onde passam os discursos de ódio. Quando fui vereadora aqui em Curitiba, essa figura dizia que eu estava aprovando uma política extremamente distorcida, referindo-se à política de cotas. Ela dizia que Curitiba teria que, então, contratar pessoas pela cor da pele, que mérito não servia mais nada, porque agora Curitiba ia ter cotas. Então ela é essa pessoa que vem com esse tipo de discurso há um bom tempo. Acho que esse foi um evento. Acho que sim, que esses grupos se sentem empoderados quando eles têm espaço público. A outra questão é que o meu mandato é muito propositivo, promove grandes denúncias na questão da educação, contra o governo, contra a prefeitura, eu acho que essa visibilidade do mandato, essa atuação disruptiva mesmo, essa atuação que vai na estrutura, eu acho que isso é um sintoma.

#### **- Quais são os desafios mais significativos que as mulheres negras enfrentam no cenário político atual brasileiro?**

- O peso da estrutura mesmo para nós. A falta de uma estrutura de onde partem as outras figuras políticas. As outras figuras políticas, elas têm uma, vamos dizer assim, estrutura com grupos ao entorno, grupos de proteção, grupos que dão amparo. As mulheres negras não tem, nós não temos grupos econômicos no nosso entorno, não temos grupos de pessoas influentes no nosso entorno, viemos da base da sociedade. Eu não tenho padrinho Político, eu não tenho parente rico, parente nas estruturas principais dos serviços públicos. Tudo isso faz falta, nos fragiliza, nós estamos em vulnera-

bilidade. Então, na política o nosso contexto não muda, eu estou em vulnerabilidade. Por exemplo, seria muito simples para alguns simplesmente sair, trocar de cidade e ir para um outro lugar. Eu não tenho como fazer esse tipo de coisa. Eu não tenho quem possa me receber em outro lugar. Eu tenho que ficar na minha casa. Então são situações assim. E também a

## **É ainda muito recente a lei de violência política de gênero e ainda não conseguimos refiná-la**

insegurança que isso nos traz. O constante estado de questionamento. Será que esse lugar é para mim mesmo? Será que eu deveria estar aqui fazendo isso? Será que eu tenho competência mesmo? Se é tão difícil, será que eu não tenho que sair mesmo? Esse tipo de pensamento que é justamente o que eles querem.

**- Ainda não é o ideal, mas foram eleitos cerca de 27.000 vereadores negros nas últimas eleições. Entretanto, uma coisa muito misteriosa também aconteceu, vou até ler aqui a notícia,**

#### **“4.400 candidatos a vereador que já tinham se declarado negros na eleição anterior passaram a se declarar brancos para o pleito municipal deste ano”. Como a senhora analisa esse fato?**

- Quando o movimento negro aprovou as cotas e quando essas cotas se tornaram uma realidade no nosso país como política pública, elas foram aplicadas também dentro dos partidos, com a implementação de cotas raciais e cotas no fundo partidário. Nos anos que se seguiram à aplicação dessas políticas, observamos um aumento significativo no número de fraudes relacionadas à autodeclaração. Assim, ao mesmo tempo em que comemoramos que mais pessoas têm se sentido pertencentes e que temos fortalecido nossa identidade como população negra, é importante lembrar que, antes, muitas pessoas tinham vergonha de se declarar negras e medo de sofrer discriminação por isso. Portanto, a gente celebra que as pessoas estão se declarando negras, mas cabe ressaltar que, junto com as políticas raciais, as políticas afirmativas, reservas de vagas etc., também surgiram as fraudes. Infelizmente, muitas pessoas fraudaram suas identificações para obter benefícios e acesso a oportunidades. Para a população negra, isso representa um duplo prejuízo: uma política que deveria sanar um problema social acaba sendo usurpada e fraudada. No caso das cotas nas universidades, percebemos que quem mais cometeu fraudes foram as universidades nos chamamentos para professores. Portanto, entendemos que muitas pessoas passaram a se declarar negras, enquanto outras o fizeram por interesse. Nessas eleições, percebemos que é fundamental pautar a necessidade de bancas de hétero-identificação, e o partido terá que implementar isso para evitar o vexame de receber uma denúncia no tribunal

eleitoral. Vamos precisar de bancas de hétero-identificação.

**- A resistência histórica contra o racismo é o que garantiu as conquistas do movimento negro no Brasil. A senhora pode comentar quais as principais barreiras que a gente ainda encontra para a aplicação efetiva das leis contra a violência política de gênero e raça no Brasil?**

- O desafio legislativo e de regulamentação é, ao meu ver. Temos um vazio de políticas públicas. Pensar que, apenas em 2003, aprovamos uma lei que garante o ensino de história afro-brasileira e africana em todos os currículos, porque não havia. Até 2003 éramos um país que não reconhecia que era parte significativa, central da sua história. Isso não era ensinado nas escolas, eu não tive história africana e afro-brasileira. Então só em 2003 essa Legislação foi aprovada e sancionada pelo presidente Lula. O que precisamos fazer? Olhar justamente para esse campo. Quando falamos, por exemplo, da violência política de gênero e aqui a gente está falando da violência política de gênero e raça, a legislação não tem esse componente. Eu, inclusive, propus na Câmara que a lei de violência política de gênero fosse ampliada para incluir a violência política de gênero e raça, enfrentando o desafio de definir o que isso realmente significa. E quem irá definir isso? Quais protocolos de proteção precisamos construir? Essa definição deve partir da experiência de uma pessoa negra. Quem poderá dizer, por exemplo, que, como uma parlamentar negra, na primeira vez que entrei na minha cidade, precisei de segurança dentro da Câmara de Vereadores e não tive? Quem vai articular isso? Para mim, o desafio é incorporar esse conhecimento em todas as áreas da sociedade, aproveitando a

experiência e a sabedoria que o movimento negro acumulou ao longo da história deste país em termos de políticas públicas.

Porque a população negra desde que chegou aqui, chegou aqui para produzir tecnologia e solução. Já veio para isso, não é? Escravizada para trabalhar, para dar todo o seu conhecimento, e no entanto, a gente continua a fazer

## **Esse é o desafio. Garantir ocupação de espaços, visibilidade, uma escuta ativa**

isso. Quem ofereceu para o Brasil a política de cotas foi o movimento negro, e que bom que tivemos um momento político favorável para aprovar. Quem ofereceu história afro-brasileira e africana para o Brasil foi o movimento negro e que bom que tivemos articulação política para aprovar. Então, esse é o desafio. Garantir ocupação de espaços, visibilidade, uma escuta ativa. Uma das coisas que eu percebo é que quando a vamos tratar de racismo, de raça, cai naquele valão de ai, é mimimi, vão reclamar de novo, já tem um monte de política. Mas a questão racial é muito, muito complexa, e

ela vai cada vez mais se complexificando quando nos negamos a entender que temos que passar por esse processo de letramento racial das pessoas negras e não negras. Negros e não negros no Brasil tem que ter cada dia mais conhecimento do que é conviver nessa diversidade. Sabemos que pessoas brancas reproduzem racismo o tempo todo e pessoas negras também. A gente vê pessoas negras que têm a coragem de dizer “cota para mim não serve, eu quero vencer por mérito”, esse é o país em que vivemos. Enquanto não tivermos educação para as relações étnico-raciais, e eu sei que posso parecer repetitiva nesse ponto, sou uma defensora, apoiadora, relatora, aprovei quando vereador, e agora, nacionalmente, contínuo nesse tema, das cotas nos serviços públicos, das cotas raciais nos serviços públicos, e estamos aprimorando para que não seja só nos mais baixos cargos e nos mais baixos salários, para que seja em todos os serviços públicos. Por exemplo, se as cotas nas universidades não tivessem sido as mais fraudadas, quantos professores negros a gente poderia ter e o quanto a gente poderia ter ampliado no sentido do letramento, da branquitude crítica, da educação para as relações étnico-raciais. Olha o que a presença dos professores negros fizeram na escola pública! Se hoje temos um povo que já tem pertencimento, orgulho, isso é resultado de muito trabalho, não só de professores negros, mas também não negros, aliados, pessoas com posicionamento antirracista, que só é possível ter com conhecimento, com formação. Então, para mim, essa é a nossa grande virada de chave, eu acredito muito na educação.

**- A senhora espera que esse projeto esteja concluído e que ele vire lei ainda esse ano?**

- É possível, e é uma prioridade



do governo Lula. Temos o desejo de aprovar essa política ainda em novembro, especialmente porque este ano teremos o primeiro 20 de novembro como feriado nacional. Nosso objetivo é ter essa política aprovada a tempo para que possamos fazer uma grande comemoração e festa. Além disso, estamos em um governo que está reestruturando tudo, reconstruindo todas as políticas públicas que foram destruídas no período anterior. Teremos muitos concursos, e a lei de cotas para os serviços públicos está vigente, pois foi renovada. No entanto, como dizemos, ela precisa ser aprimorada. Nesse aprimoramento, devemos ampliar o percentual de 20% para 30% e incluir as populações indígenas e quilombolas. Também é crucial refinar e detalhar melhor a regulamentação sobre as bancas de heteroidentificação para que possamos minimizar as fraudes. Esses aprimoramentos são urgentes e precisam ser implementados nos próximos concursos. Já conseguimos um requerimento de regime de urgência com mais de

## **A solução do nosso país passa muito pela mão das mulheres, pela mão das mulheres negras, eu acredito muito nisso**

300 assinaturas necessárias para levá-lo ao plenário. Portanto, estamos com uma expectativa muito positiva.

**- O que a senhora espera para o futuro, o que gostaria de ver no próximo ciclo eleitoral em termos de candidatura e representatividade feminina e negra?**

- Eu espero que as mulheres ocupem todos os espaços de poder. Eu sou uma mulher feminista negra, eu sou uma feminista negra. Minha defesa é que a gente tenha cota no parlamento, como tem no México, o México tem 50% de mulheres no parlamento. Esse é o meu desejo. A solução do nosso país passa muito pela mão das mulheres, pela mão das mulheres negras, eu acredito muito nisso. Acredito no potencial que temos para construir esse período próximo, vamos chamar assim, do nosso país, em que a gente saia dos índices absurdos de desigualdade de gênero, de raça. Porque quando olhamos para a pobreza, a pobreza é feminina, a pobreza é negra, quando analisamos a violência, as maiores vítimas da violência são mulheres, mulheres negras. Esse é o salto que precisamos dar. ■



# Violência política dispara em 2024, diz estudo

Grupo de Investigação Eleitoral da Unirio registra 338 casos entre julho e setembro

Agência PT

**A**s eleições municipais de 2024 acumularam número recorde de casos de violência política. Levantamento divulgado no sábado (19), pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Giel/Unirio), contabilizou 338 episódios contra candidatos de diversas orientações ideológicas e seus familiares, somente entre julho e setembro. Na comparação com o trimestre anterior, houve aumento de 115,3%. O estado de São Paulo lidera a lista de ocorrências.

A escalada da violência política não passa despercebida ao Parti-

do dos Trabalhadores (PT), que tem alertado as autoridades para o acirramento dos ânimos nas disputas eleitorais, cenário estimulado pelos métodos sectários da extrema direita. Candidato à reeleição em Taboão da Serra, região metropolitana da capital paulista, o prefeito José Aprígio da Silva (Podemos) foi baleado na última sexta (18), enquanto visitava bairros da cidade que foram afetados pelas fortes chuvas. Atingido no ombro, Aprígio permanece internado no hospital Albert Einstein.

Estatísticas alarmantes

Em 2024, o estado de São Paulo lidera a lista do Giel/Unirio: 58 casos de violência, aponta o estudo. Na segunda colocação, o Rio de Janeiro registrou 47 episódios. Bahia, Ceará e Paraíba estão empatados com 23, logo atrás. Entre

os partidos, o União Brasil (41) mantém-se em primeiro, seguido pelo PT (39), MDB (37) e PL (33).

“O 3º trimestre de 2024 foi o período com maior número de casos na série histórica dos boletins. Ao todo, desde 2019, o Observatório da Violência Política e Eleitoral já soma 2.673 episódios em todo o país”, conclui o documento.

Entre julho e setembro, houve 179 ocorrências de violência física, modalidade mais comum de intimidação. A elas, somam-se 88 tentativas de homicídio contra políticos com ou sem mandato, resultando em 33 óbitos. As principais vítimas foram lideranças locais em campanha e pré-candidatos: 166, ao todo. Cerca de 71% são homens, mas há casos estaremcedores contra as mulheres.



Ricardo Stuckert

# Repensar fazendo e refazendo

“Cabe a análise sobre as razões da diminuição da nossa inserção nas áreas mais proletarizadas e nas periferias das cidades”, escreve o ex-presidente do PT da Bahia

Jonas Paulo

**E**nfrentamos mais uma eleição municipal onde podemos testar a nossa capilaridade política nacional e medir a nossa força e presença nos prin-

cipais centros políticos nacionais e regionais, além de medir como estão chegando as obras, serviços e programas do Governo do Presidente Lula em cada comunidade, vila e bairro deste imenso e diverso País.

O diferencial desta eleição de 2024 é que, agora, voltamos ao Governo Federal; depois de par-

ticiparmos, em 2016, numa conjuntura desfavorável do pós-golpe contra a Presidenta Dilma e, em 2020, com a extrema direita no governo federal eleito dois anos antes; em ambos os casos, estávamos em situação de extrema dificuldade e no isolamento político, pois foi uma conjuntura de resistência e sobrevivência

política.

Agora, na volta ao governo federal, o quadro permaneceu difícil e complexo, pois as heranças e os entulhos da passagem da direita no Governo estão muito presentes e são de difícil remoção, como, por exemplo, o Orçamento Secreto e as famigeradas Emendas Pix, que permaneceram fazendo do Congresso Nacional sócios do ordenamento de despesas do Orçamento Público Federal, com os parlamentares fazendo investimentos em obras diretamente nos municípios, o que é uma anomalia administrativa e uma inversão grotesca da lógica de governo, além de ser uma imoralidade.

A eleição foi atípica, com os atuais prefeitos endinheirados, seja pelas emendas Pix para gastar ao bel-prazer, ou ainda pelo FPM turbinado, o FUNDEB atualizado e os precatórios liberados, um verdadeiro derrame de dinheiro público que tomou conta das eleições. Como nunca visto, foi estabelecido o império dos gastos não contabilizados nas campanhas, e o financiamento público, via FEFC, foi reduzido a um mero instrumento contábil.

De todas as formas, o nosso desempenho eleitoral ficou muito aquém do nosso potencial político. Se considerarmos que os Estados mais populosos e importantes do País, como São Paulo, o PT elegeu apenas três prefeituras, o Rio de Janeiro também apenas três prefeituras, o Paraná elegeu três prefeituras e o Pará, duas prefeituras petistas; todos Estados grandes e com estrutura partidária forte e líderes nacionais petistas, um resultado acanhado, mesmo que ainda estejamos disputando o 2º turno em três cidades paulistas.

Além disso, Estados que tinham tradição de governos municipais de referência, como o RS, baixamos para 19 prefeituras

petistas, mesmo estando no 2º turno em POA, e mesmo MG, que manteve a liderança em duas grandes cidades como Juiz de Fora e Contagem com as prefeituras reeleitas. O crescimento de 28 para 35 prefeituras no universo de 853 municipalidades ainda ficou longe do patamar histórico de liderança nacional de Minas em Prefeituras do PT.

O resultado eleitoral do PT no País reproduziu mais uma vez uma nítida supremacia do Nordeste, seja na eleição de bancadas parlamentares municipais, seja na eleição de prefeituras petistas, e fomos bem nas reeleições como nas sucessões, mas também na conquista de novos mandatos de prefeituras na região Nordeste, sendo 68% das conquistas do Partido com destaque aos Estados que mantemos a hegemonia política nas últimas duas décadas, como: Bahia, Ceará e Piauí, que governamos com êxito administrativo e força política e eleitoral há quase duas décadas.

Cabe a análise sobre as razões da diminuição da nossa inserção nas áreas mais proletarizadas e nas periferias das cidades, onde estão as maiorias eleitorais e as populações mais pobres e vulneráveis, que hoje são muito pressionadas e disputadas pela presença da ação acolhedora do conservadorismo religioso e pela força da economia do ilícito e suas estruturas de ação paramilitar.

Além disso, também perdemos bases sociais históricas com a fragilização do movimento sindical e popular, resultante das profundas mudanças no mundo do trabalho, com a modernização tecnológica e automação, fortalecendo a economia dos serviços e o trabalho autônomo, que alterou a nossa relação política clássica com os trabalhadores com carteira assinada e

sindicalizados, que foi o nosso diferencial e a principal matriz organizativa histórica do PT.

Sem dúvidas, está aceso um imenso sinal amarelo, exigindo de nós uma análise mais profunda para buscar fazer a correção de rumos e a requalificação da estratégia e das movimentações táticas para possibilitar a construção dos palanques vitoriosos em 2026, para as disputas estaduais e nacional, visto que o atual governo Lula, envolto numa correlação de forças congressual amplamente desfavorável, representa a transição democrática necessária para isolar o neofascismo e consolidar o Estado de Direito Democrático. Este é o seu principal objetivo na presente conjuntura.

Entendemos que, vencida esta etapa de reconstrução democrática, deveremos manter uma ampla frente política para viabilizar a sucessão do Presidente Lula e, em outra correlação de forças, buscar avançar mais na linha do projeto democrático e popular na nova gestão a ser conquistada pelo PT e seus aliados.

Enfim, o resultado eleitoral nos chama à reflexão sobre o papel do Partido como força política que dirige a coalizão de centro-esquerda que governa o País e sobre o caráter nacional do Partido, principalmente pela necessidade de expressar a diversidade do País e de ter capacidade de levar as nossas políticas públicas até a ponta, onde está o cidadão, e disputar os espaços de poder na base da sociedade. Para tal, precisamos de alianças políticas e sociais fortes e representatividade para operar o enraizamento do nosso projeto democrático que transforma o País. ■

Jonas Paulo é ex-presidente do PT da Bahia



# Lula completa 79 anos no domingo, 27 de outubro

39º Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco

Redação Focus

**N**o domingo, 27 de outubro, o primeiro operário a se tornar presidente do Brasil completará 79 anos, Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu terceiro mandato à frente do Palácio do Planalto, Lula é agora o 39º presidente do Brasil.

Sua terceira vitória para presidente talvez represente sua maior conquista política: a comprovação de sua inocência após

perseguição política e judiciária, no contexto das investigações da Operação Lava Jato e a liberdade após 1 ano, 7 meses e 1 dia (580 dias) encarcerado na sede da Polícia Federal em Curitiba (PR).

## Primeira eleição para Presidência da República

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, Luiz Inácio Lula da Silva foi pela primeira vez eleito Presidente da República Federativa do Brasil, com quase 53 milhões de votos. O candidato a vice-presidente na chapa vitoriosa foi o empresário e senador José

Alencar, do PL de Minas Gerais.

Naquele ano, a Convenção Nacional do PT havia aprovado uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas sociais do país com a grande maioria do povo brasileiro.

O primeiro mandato do presidente Lula colocou o Brasil em ordem e preparou o país para o crescimento econômico, com importantes avanços sociais e significativa melhoria na distribuição de renda. Isso aconteceu, sobretudo, graças à política de valori-

zação do salário mínimo, geração recorde de empregos e programas de distribuição de renda, a exemplo do Bolsa Família.

## Segundo mandato presidencial

Lula assumiu o segundo mandato em 1º de janeiro de 2007. No mesmo ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a colocar o Brasil na lista das nações com alto Índice de Desenvolvimento Humano.

Em 30 de abril de 2008, a agência de risco Standard & Poor's concedeu à economia brasileira o chamado grau de investimento, sendo seguida pelas agências Fitch e Moody's. Também em 2008, a Petrobras realizou um feito inédito: a extração de petróleo da camada do pré-sal, localizada a mais de 7 mil metros de profundidade em águas oceânicas.

2008 também ficou marcado como o ano da tormenta desencadeada pelo pedido de concordata do Banco Lehman Brother's de investimentos, em 15 de setembro. Este episódio ampliou as dimensões de uma crise financeira já existente, que se tornou a pior desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

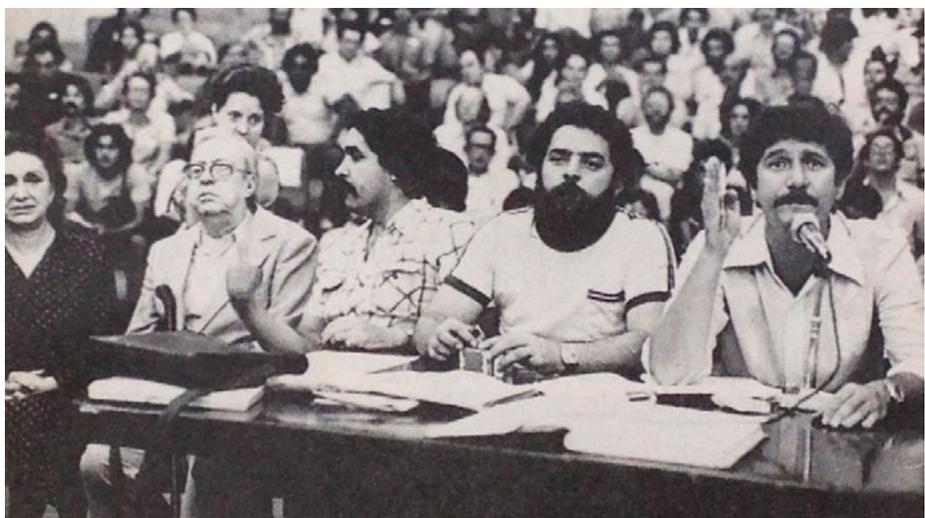
No Brasil, o presidente Lula proclamou que o "tsunami" que varria o mundo iria se transformar em "marolinha" no Brasil. Com redução dos juros e impostos, estímulos ao consumo, oferta de crédito, política de recuperação do salário mínimo e mais investimentos em programas sociais e em infraestrutura, o Brasil saiu mais forte do primeiro round da grande crise.

Em 3 de abril de 2009, na cúpula do G20, em Londres, a BBC vazou um elogio de Barack Obama a Lula. Ao cumprimentar o presidente do Brasil, o presidente dos Estados Unidos se dirigiu ao pri-



Fernando Pereira

Primeira assembleia no Estádio de Vila Euclides, em 13 de março de 1979.



É fundado o Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, em São Paulo.



Ricardo Stuckert

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice José Alencar sobem a rampa do Palácio do Planalto



Paulo Pinto

meiro-ministro da Austrália com o seguinte comentário:

O Brasil chegou a 2010 com a economia em crescimento, reservas cambiais de US\$ 300 bilhões, inflação sob controle, recordes em empregos, aumento real do salário mínimo de 53,5%, milhões de brasileiros integrados na classe média e o marco legal da exploração de petróleo aprovado.

Com essas credenciais, Lula, o PT e seus aliados apresentaram o nome da ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata à Presidência da República. Dilma foi eleita no segundo turno, com 11 milhões de votos à frente do segundo colocado, José Serra.

Em 1º de janeiro de 2011, Lula transmitiu o cargo à sucessora, deixando o Palácio do Planalto com um índice de aprovação histórico (87%) e a admiração do mundo.

Em 2011, o ex-presidente dedicou-se à organização do Instituto Lula. Também passou a fazer conferências sobre as experiências

como presidente do Brasil. Mas foi diagnosticado com câncer na laringe em outubro, submetendo-se a um tratamento rigoroso no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Em fevereiro de 2012, os médicos informaram que o tumor havia sido eliminado.

Superada a doença, o ex-presidente retomou com intensidade as atividades políticas, apoiando os candidatos petistas nas campanhas municipais de 2012. Dois anos depois, porém, começava a Operação Lava-Jato na Justiça Federal do Paraná, marcada por uma perseguição política, jurídica e midiática sem precedentes a Lula, que levou a retrocessos inéditos na própria democracia brasileira.

A Lava-Jato também destruiu alguns dos alicerces da economia brasileira. A Petrobras, que em setembro de 2008 havia iniciado a exploração do petróleo na camada do pré-sal, tornando-se vetor de desenvolvimento para a indústria naval nacional e gerando milhares de empregos qualificados,

teve a capacidade de atuação abalada. Grandes empreiteiras, algumas com forte atuação internacional, foram levadas à falência.

Mesmo com grande exposição na mídia, a Lava-Jato não conseguiu impedir a reeleição de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Ainda assim, Lula foi alvo de uma condução coercitiva ilegal, em 4 de março de 2016, a mando do então juiz federal de primeira instância Sérgio Moro.

Em maio de 2016, a Câmara dos Deputados votou pela abertura do processo de impeachment contra Dilma, mesmo sem nenhum crime cometido. Afastada do exercício das funções, ela foi substituída pelo vice-presidente Michel Temer, que assumiu definitivamente o cargo em agosto de 2016.

Em julho de 2016, Lula foi tornado réu no âmbito da Lava-Jato. Em 3 de fevereiro de 2017, sofreu duro golpe com o falecimento da esposa Marisa Letícia Lula da Silva, mãe de quatro dos seus cinco filhos, com quem havia se casado



Ricardo Stuckert

em 1974. Em julho do mesmo ano, o ex-presidente foi condenado em primeira instância.

Em janeiro de 2018, quando já se preparava para a campanha presidencial, na qual largaria como favorito com ampla vantagem, Lula foi julgado culpado em segunda instância, tornando-se inelegível. Em 7 de abril de 2018, com a prisão decretada por Moro, o ex-presidente, corajosamente e de cabeça erguida, entregou-se à Polícia Federal, após uma missa campal que reuniu uma multidão em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo.

Lula não esmoreceu durante a prisão política, mesmo sofrendo duas terríveis perdas: primeiro, o irmão, do qual foi impedido de se despedir por decisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); em seguida, o neto de sete anos de idade.

No cárcere, em Curitiba, o ex-presidente recebeu importantes líderes políticos não apenas brasileiros, mas também do exterior. Entre eles, o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Esquivel, o então candidato e futuro presidente da Argentina Alberto Fernandez, o ex-

-presidente colombiano Ernesto Samper, o ex-presidente uruguaio José Mujica e o ator norte-americano Danny Glover.

Os movimentos sociais organizaram a Vigília Lula Livre, permanecendo diante do prédio da Polícia Federal de 7 de abril de 2018 até o momento da libertação, em 8 de novembro de 2019. Em cada um dos 580 dias de cárcere, Lula foi saudado pelos populares com o coro de “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite, presidente Lula”.

Outro apoio fundamental foram as 580 cartas – uma para cada dia do cárcere – trocadas com a socióloga Rosângela da Silva, a Janja, paranaense filiada ao PT desde 1983. Janja foi uma das primeiras pessoas a receber Lula do lado de fora da carceragem da Polícia Federal. Também esteve ao seu lado no primeiro discurso pós-prisão, quando se reacendeu a esperança de democracia e de justiça social no país. Lula e Janja se casaram em 18 de maio de 2022, em São Paulo.

A anulação da sentença pelo STF se deu por incompetência, uma vez que os casos jamais deveriam ter sido julgados em Curitiba, e pela parcialidade do juiz

Sergio Moro, que conduziu uma perseguição injusta contra Lula. Mas seus direitos políticos só foram reconquistados em março de 2021, com a anulação de todas as condenações proferidas por Moro.

Na campanha presidencial de 2022, Lula construiu uma ampla rede de apoios, reunindo personalidades e políticos dos mais diversos partidos em torno de sua candidatura, tendo como vice Geraldo Alckmin, contra quem havia disputado a eleição de 2006. Ao fim de uma acirrada disputa eleitoral, tornou-se o primeiro brasileiro a ocupar três vezes a Presidência da República pela soberana vontade popular. Mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras concederam a Lula a maior votação da história.

Em 1º de janeiro de 2023, Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto ao lado de representantes da diversidade do povo brasileiro. E recebeu a faixa presidencial das mãos da catadora de materiais recicláveis Aline Sousa, que chegou à universidade graças às políticas públicas dos dois mandatos anteriores de Lula. Completava-se um ciclo e iniciava-se outro. ■



Havana, durante o apagão em Cuba

Divulgação

# Crise energética: FPA conclama apoio internacional a Cuba

“É o bloqueio, agravado nos últimos anos, que explica a gravidade dos problemas de manutenção e de fornecimento de combustível”, diz um trecho da nota divulgada na noite de domingo (20)

Redação Focus Brasil com Agência PT

**A** Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Relações Internacionais do PT emitiram uma nota na qual denunciam os efeitos devastadores do bloqueio americano à ilha e se solidarizam com a população cubana.

A nota, que pode ser lida acessando aqui, conclama ainda para que a comunidade internacional, incluindo o Brasil, países latino-americanos e os membros dos BRICS, se mobilizem para ajudar

Cuba a atravessar a crise, agravada pelas restrições econômicas impostas pelos Estados Unidos.

“É o bloqueio, agravado nos últimos anos, que explica a gravidade dos problemas de manutenção e de fornecimento de combustível”, diz um trecho da nota divulgada na noite de domingo (20).

“É preciso que todos os setores democráticos e progressistas do Brasil, que todos os governos latinoamericanos e caribenhos, que os países envolvidos nos Brics se engajem nesta campanha de solidariedade”, conclui a nota.

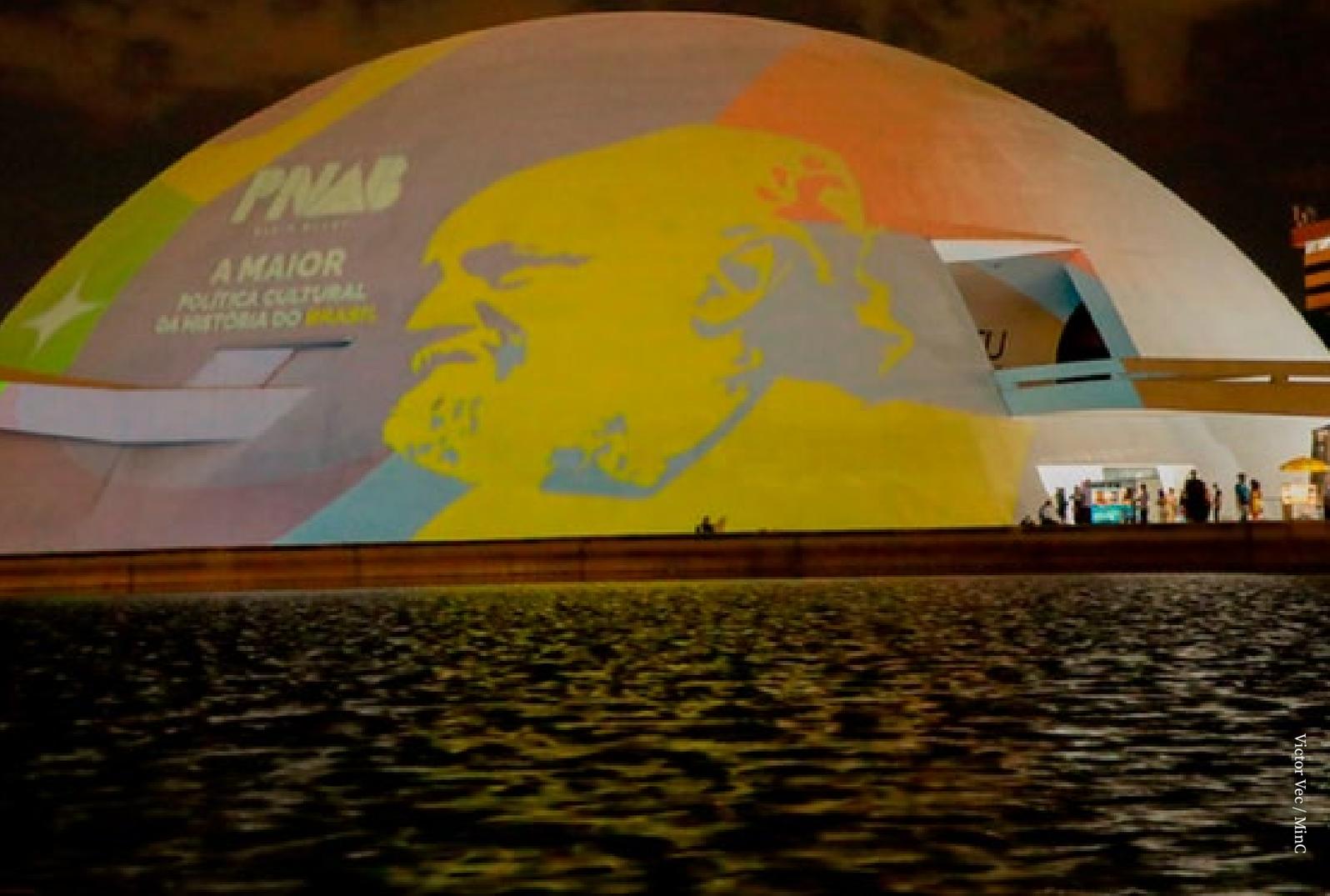
## Entenda

Cuba, declarada pelo governo em “emergência energética”, so-

freu na última sexta-feira o desligamento total do seu sistema elétrico, após o colapso da central termelétrica Antonio Guiteras, a mais importante do país.

O presidente, Miguel Díaz-Canel, reconheceu que a situação do sistema elétrico continua “complexa”. O apagão provocou paneleiros e protestos em alguns bairros da capital no fim de semana.

Aqueles que tentarem “causar perturbações da ordem pública” e que participarem em atos de vandalismo “serão processados conforme o rigor contemplado pelas leis revolucionárias”, disse o presidente durante uma reunião do Conselho Nacional transmitida pela televisão estatal. ■



## **Histórico: programa Aldir Blanc de fomento repassou R\$2,98 bi no primeiro ano**

Até 2027, R\$ 15 bilhões serão destinados a estados, municípios e Distrito Federal

**C**om a adesão de todos os estados e 97% dos municípios brasileiros, a maior política cultural do país completou um ano de implementação na última sexta-feira (18).

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), considerada um marco histórico, segue em execução, distribuindo oportunidades e recursos a diversos territórios, garantindo que a cultura alcance cada canto do Brasil.

Regulamentada pelo Decreto Nº 11.740/2023, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, a Política tem como objetivo destinar, até 2027, R\$ 15 bilhões a estados, municípios e o Distrito Federal.

Fruto de uma mobilização e construção coletiva, a PNAB resultou de uma articulação social forte em todo o Brasil. Reuniões com movimentos sociais, sociedade civil e dirigentes de cultura, além de debates com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), fóruns e movimentos culturais, foram essenciais para sua elaboração.

“A execução dos recursos da PNAB avança com a ampla parti-

cipação da sociedade, que elegeram as prioridades para a destinação dos recursos durante as oitavas realizadas para a construção dos Planos Anuais de Aplicação de Recursos”, explica Teresa Cristina Oliveira, diretora de Fomento Direto da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (Se- fic) do MinC.

A PNAB é pensada como uma ação estruturante, pois visa à consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Seus beneficiários incluem trabalhadores da cultura, entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuam na produção, difusão, promoção, preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, abrangendo tanto o patrimônio material quanto o imaterial do Brasil.

## Dados

De acordo com o painel Geral de Dados da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), em 2023, os valores recebidos por estados, DF e municípios somaram mais de R\$ 2,98 bilhões.

A região Nordeste foi a que mais utilizou os recursos até o momento. Entre os estados que mais avançaram na aplicação dos recursos estão Paraíba, Goiás, Acre, Distrito Federal e Tocantins.

O Piauí se destaca como o estado onde os municípios mais utilizaram os recursos.

Um exemplo dos repasses que vêm sendo executados é no Distrito Federal, onde os recursos repassados pelo MinC financiarão cinco editais que contemplarão 178 projetos culturais. Segundo a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, mais de R\$ 36 milhões serão distribuídos para financiar seis produções audiovisuais e 67 produções culturais na cidade.

Além disso, a PNAB fomentará a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), incluindo Editais de Premiações e Termos de Compromisso Cultural para fomentar projetos continuados de Pontos e Pontões de Cultura.

Em Pernambuco, a Secretaria Estadual de Cultura informou que R\$ 65,9 milhões serão distribuídos por meio de sete editais, contemplando cerca de 2.200 projetos culturais. A. Ao todo, o Ministério da Cultura está investindo R\$ 143 milhões na cultura pernambucana no primeiro ano da PNAB.

No Rio Grande do Sul, o investimento é de R\$ 67 milhões, somando-se aos recursos dos municípios, totalizando cerca de R\$ 150 milhões. No estado do Rio de Janeiro, o investimento chega a R\$ 103 milhões, com R\$ 207 milhões sendo distribuídos entre 92 municípios.

No Tocantins, R\$ 19 milhões serão destinados a projetos culturais. Além disso, todas as 139 cidades do estado aderiram à Política e receberam, ao todo, R\$ 13,1 milhões do Ministério da Cultura. No total, foram repassados R\$ 32,1 milhões para a cultura do Tocantins. Estados e municípios devem investir esses recursos no setor cultural até dezembro de 2024, prazo final para a execução dos recursos da PNAB. ■

Com informações do Ministério da Cultura





# EUA: pesquisas apontam pequena vantagem para Kamala Harris

Eleição nos EUA acontece dia 5 de novembro, pesquisas ainda apontam cenário indefinido

Redação Focus Brasil

**A**duas semanas do dia da eleição nos Estados Unidos, Kamala Harris consegue manter pequena vantagem sobre o rival Donald Trump. Esta é a avaliação de dois dos principais institutos de pesquisa do país. O The Economist divulgou, na segunda-feira, 21, uma pesquisa na qual Kamala Harris aparece com 49% das intenções de voto. O instituto destacou que a candidata mantém um crescimento estável, mantendo três pontos de diferença em relação a Trump desde agosto.

Para o Napolitan Institute, Kamala teria 50% contra 49% de Trump. Embora este cenário re-

presente um empate técnico, o Napolitan observa que desde que, desde que a democrata entrou na disputa no final de julho, os dois nunca estiveram distantes por mais de cinco pontos. Nas últimas cinco semanas, a diferença entre eles nunca ultrapassou três pontos. Na medição anterior, Trump estava três pontos atrás de Kamala.

Nos Estados Unidos, o presidente e o vice-presidente não são escolhidos diretamente pelo voto popular. Os cidadãos votam nos representantes do Colégio Eleitoral de seus estados. As últimas pesquisas que indicam vitória de Kamala Harris analisam o voto popular.

Cada estado tem entre três e 54 delegados, conforme sua população e número de congressistas. O candidato que obtém a maioria

dos votos em um estado garante todos os delegados desse estado, independentemente da diferença percentual entre os candidatos. No total, um candidato deve obter 270 dos 538 delegados para vencer a eleição.

## Musk oferece dinheiro a eleitores

O dono da plataforma X, Elon Musk, prometeu em seu perfil que distribuirá dinheiro para eleitores registrados na Pensilvânia. Musk anunciou que até o dia da eleição doará diariamente US\$1 milhão a um eleitor registrado que assinar uma petição promovida por seu canal America PAC, que apoia a liberdade de expressão e o direito de portar armas.

Em entrevista ao site NBC News, o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, manifestou preocupação com a ação. Shapiro, que é democrata, frisou que essa preocupação não é fruto de suas diferenças políticas com Musk, que apoia Donald Trump, mas sim ao impacto potencial desse dinheiro na integridade política.

Ainda segundo a reportagem, especialistas em leis eleitorais destacaram que a prática é “claramente ilegal”. Rick Hansen, professor de direito na Universidade da Califórnia, Los Angeles, diretor do Projeto de Salvaguarda da Democracia e analista de leis eleitorais da NBC News, classificou os pagamentos como “claramente ilegais”.

O America PAC (comitê de ação política em português) foi criado por Elon Musk com o apoio de empresários do setor de tecnologia para apoiar a campanha presidencial de Donald Trump em 2024. O principal objetivo do grupo seria financiar operações de mobilização de eleitores. Até setembro de 2024, Musk foi o único doador do PAC, contribuindo com cerca de US\$ 75 milhões. ■



# Milei conhece um ator político imprevisível: os estudantes

Em uma semana, mais de 80 universidades argentinas foram ocupadas por milhares de estudantes, professores e trabalhadores

Paulo Pereira

**B**uenos Aires, outubro de 2024: após enfrentar a maior marcha estudantil dos últimos anos que levou às ruas mais de 1,5 milhões de pessoas em abril deste ano contra a política econômica e o ajuste que retira investimentos do governo na educação, o congresso argentino

não conseguiu reverter o veto do presidente à Lei de Financiamento das Universidades no início de outubro. O parlamento argentino não pode rever a questão por um período de um ano.

O veto ao financiamento das universidades que os deputados deixaram passar foi a ponta da lança de um movimento estudantil que está implantando diferentes medidas de força contra o ajuste libertário. A lei que Milei vetou implicava a atualização do

orçamento pela inflação.

O valor projetado é muito baixo, o que significa que seu funcionamento está em perigo real. Soma-se a isso o total desfinanciamento e esvaziamento do sistema científico e tecnológico em andamento, agravado pelo recente escândalo da retenção de fundos para pesquisa científica que já haviam sido concedidos e eram provenientes de organizações internacionais, como o BID e o Banco Mundial. O que fica claro é que não se trata de falta de recursos ou de “equilíbrio fiscal”, mas de uma intenção deliberada de destruir o sistema de educação pública na Argentina.

Até agora, poucos atores conseguiram desafiar o governo do anarcocapitalista Javier Milei, mas a comunidade universitária conseguiu. De acordo com pesquisas recentes, o confronto atingiu a imagem do presidente, apesar das tentativas do governo de atacar a comunidade estudantil com acusações permanentes e fake news.

O governo Milei contra-ataca dizendo que as universidades possuem caixas-pretas, são um “ninho de comunistas”; que possuem “milhares de trabalhadores fantasmas”; que é necessário fazer auditorias nas contas das universidades, e que reitores e professores são a “casta” com salários milionários. Nada disso tem funcionado para mudar a opinião pública. A Consultora Zuban Córdoba publicou recentemente o informe “Universidade Pública, Orgulho Nacional”, onde afirma que poucos temas têm gerado tanto debate na opinião pública como as universidades na era Milei.

O consenso é majoritário e contundente: 99% dos entrevistados pela pesquisa acreditam que a educação é a ferramenta necessária para fazer crescer o país, 59,3% estão contra o veto presidencial, 86,4% estão de acordo

que as universidades públicas são um orgulho nacional.

Os números da pesquisa apenas mostram o resultado das jornadas de protestos e ocupações das universidades de norte a sul do país, que geraram imagens históricas de resistência estudantil que talvez signifiquem um despertar popular contra o avanço das políticas implementadas pelo ultraliberal Javier Milei. Estamos diante de um movimento capaz de catalisar a raiva acumulada contra um governo que ofende e empobrece os trabalhadores?

Na capital federal, os estudantes da Universidade de Buenos Aires (UBA) votaram, na mesma noite que se aprovou o veto, pela realização de paralisações de 24 a 72 horas em todos os cursos. Pelo menos 20 universidades aderiram às manifestações e às aulas públicas nas universidades nacionais de La Plata, Mar del Plata, Quilmes, Moreno, La Matanza, Avellaneda, José C. Paz, General Sarmiento, San Martín, Rosario, San Luis, Córdoba, Salta, Tucumán, Jujuy, San Juan, La Pampa, Patagônia Austral, Comahue y Tierra del Fuego.

A Federação Nacional de Professores Universitários (CONADU) confirmou uma greve de 48 horas a partir da segunda-feira, 21, que faz parte de uma semana inteira de protestos. Na quarta-feira, 23, por exemplo, haverá aulas públicas em frente ao Congresso Nacional a partir das 12 horas.

As “tomas de universidades” como forma de luta estudantil não é nova - como o Ministro-chefe de gabinete, Guillermo Francos, afirmou em tom ameaçador - mas agora assumiu um caráter maciço, nacional e modernizado: exames finais são permitidos, as aulas são ministradas e até mesmo alguns documentos são produzidos ou até mesmo formaturas com as celebrações clássicas.

No território, cada universidade

de enfrenta suas próprias realidades, com organização e diferentes acordos entre as faculdades e as autoridades. Mas os jovens nos surpreendem mais uma vez ao vermos um movimento estudantil que parece ter ressurgido inesperadamente.

Os estudantes universitários são “um bando de esquerdistas”, como o presidente e seus seguidores os definem? Eles são uma elite minoritária? Os estudantes que, há um ano, o senso comum afirmava que votariam em Milei, de repente se tornaram esquerdistas? Existem “estudantes de verdade que querem estudar e não são permitidos por alguns autoritários” que assumem o controle das faculdades? Há algo de novo nesse conflito e por que estamos surpresos? O movimento estudantil estava adormecido? Se sim, desde quando? Quando ele acordou?

Oitenta por cento das matrículas universitárias na Argentina pertencem às universidades nacionais. Cinquenta por cento estão concentrados nas universidades “tradicionais” (como as de Córdoba, Buenos Aires, La Plata, Rosário e Tucumán) e a outra metade está distribuída entre as universidades de todo o país - 18 delas localizadas na região metropolitana de Buenos Aires - e quase todas foram criadas recentemente (trinta anos ou menos) ou muito recentemente (entre 2009 e 2022).

Muitas províncias tiveram uma universidade pela primeira vez nos últimos anos: 13 novas universidades foram criadas entre 1989 e hoje, e isso inclui todas as regiões: nordeste, noroeste, centro, interior da província de Buenos Aires e Patagônia. No ano de 2024, a Argentina terá pelo menos uma universidade por província.

É claro que esse cenário mostra atores, trajetórias e experiências que têm pouco a ver com o

cenário que ocorreu no final da década de 1990, quando as grandes universidades nacionais e as federações de estudantes foram os protagonistas do último conflito nacional realmente maciço ligado a cortes orçamentários. Em termos mais claros: naquele ciclo de protestos, a maioria das universidades de hoje não existia ou tinha apenas cinco ou seis anos de existência.

A última ditadura militar (1976-1983) avançou e implementou o sistema de pagamento de mensalidades para os estudos de graduação na Argentina com os mesmos argumentos que hoje o governo e o presidente Javier Milei usa nas redes, na imprensa ou através do seu exército de trolls: que os pobres não devem subsidiar a universidade para os ricos; que aqueles que podem pagar devem pagar e, em todo caso, aqueles que não podem, devem pedir uma bolsa de estudos. Durante a ditadura, o movimento estudantil resistiu a essa medida e conseguiu gerar um consenso social de que a universidade da Argentina democrática seria de acesso livre e gratuito.

É possível que o conflito seja desativado a médio prazo, pois, como em todos os conflitos, há um ciclo de expansão e retração. No entanto, o que permanece é um marco importante na socialização política dessas novas gerações de estudantes, um aprendizado político que ocorre não apenas nas assembleias, protestos e aulas públicas, mas também nas duas mobilizações de massa que eles viram e das quais participaram. O governo de Javier Milei encontrou nos estudantes a oposição nas ruas que não tem no congresso nacional e nos setores da política tradicional. ■

Paulo Pereira é jornalista e mestre em cinema documentário. É coordenador do Núcleo do PT na Argentina

# É tempo das mulheres: Claudia Sheinbaum e a transformação do México

“Não chego aqui sozinha. Chegamos todas. Com nossas heroínas que nos deram a pátria, nossas ancestrais, nossas filhas e nossas netas”, declarou a presidente do México em seu discurso de posse

Pedro Henrics e Iara Cordero

**E**m outubro de 2024 o México testemunhou um momento histórico: a posse de sua primeira presidente, Dra. Claudia Sheinbaum. Depois de 200 anos de república, foi a primeira vez que uma mulher foi eleita no país.

Em seu discurso logo após as votações, Cláudia declarou: “Não chego aqui sozinha. Chegamos todas. Com nossas heroínas que nos deram a pátria, nossas ancestrais, nossas filhas e nossas netas”. Ser a primeira mulher a ocupar esse posto não é somente um marco e um triunfo pessoal para Sheinbaum, representa também décadas de lutas das mulheres mexicanas por igualdade, direitos políticos e uma participação mais ativa na governança do país.

Embora o México tenha uma rica história pré-colombiana, o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres ocorreu muito tarde. Apenas em 1953, após uma reforma constitucional promovida pelo governo de Adolfo Ruiz Cortines, as mulheres mexicanas finalmente conquistaram o direi-

to ao sufrágio, apesar da forte resistência social e familiar.

A luta pela emancipação feminina no México teve seus maiores avanços entre 1910 e 1920, durante a Revolução Mexicana. Hermelinda Galindo, uma das pioneiras desse movimento, lançou em 1917 a revista “La Mujer Moderna”, onde defendia abertamente o direito das mulheres à educação e ao voto.

Posteriormente, figuras como Elvia Carrillo Puerto enfrentaram repressões políticas, sendo eleita para um cargo público, mas impedida de assumir. Outros passos importantes ocorreram com María Tinoco e Enriqueta de Pulgarín, que em 1936 se candidataram a deputadas locais, desafiando a ordem estabelecida.

Antes de entrar de vez na política – já que tinha histórico familiar de luta popular e ela própria esteve no movimento estudantil, Sheinbaum construiu uma carreira acadêmica. Formada em Física, fez mestrado em Engenharia de Energia e doutorado em Engenharia Ambiental. Também fez parte do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2007.

Doutora Cláudia, como é cha-

mada, tem dezenas de artigos publicados e dois livros sobre energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O reconhecimento do trabalho sobre mudanças climáticas lhe rendeu o convite para assessorar o Ministério de Energia e a Comissão Federal de Eletricidade e depois, para atuar como Secretária do Meio Ambiente da Cidade do México durante o mandato de prefeito de Andrés Manuel López Obrador.

Cláudia comandou um distrito da Cidade do México e em seguida tornou-se a prefeita da capital. Em sua gestão, teve que lidar com a pandemia de Covid-19, orientando a população para o uso de máscaras, seu primeiro contraste com López Obrador, que não usava a proteção.

Apesar de ser reconhecida mais no campo do desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, Cláudia se comprometeu a combater a violência de gênero, criando procuradorias especializadas e oferecendo aconselhamento às vítimas. Sheinbaum teve que conciliar a vida acadêmica com os filhos e antes de ser política, é mulher, e sabe das dificuldades que as mulheres têm que enfrentar, como duplas jornadas, assédio e violência. Nas ruas da

Cidade do México é possível ver estampado nos muros ou em cartazes um apelo da população pelo fim da violência contra as mulheres e os feminicídios.

No mandato da presidenta Dilma foi criada a lei que classificou o feminicídio crime hediondo. Esse avanço só foi possível depois de uma troca entre as parlamentares da bancada feminina do parlamento brasileiro e do México, que já havia aprovado a lei, demonstrando a importância de as mulheres ocuparem espaços eletivos de poder e decisão.

Vem daquelas que vivem essa realidade um olhar de mudança. A eleição de Cláudia representa esse olhar. Sua eleição não é apenas simbólica, representa uma nova era para o México, onde as mulheres finalmente assumem o protagonismo político e social e poderão debater sobre os temas que lhes atingem diretamente.

Um aspecto importante de seu mandato será a continuidade e aprofundamento das políticas sociais e econômicas implementadas por seu antecessor, López Obrador, que foi fundamental na transformação do México nos últimos anos, especialmente com seu foco no combate à pobreza, aumento salarial e na democratização da comunicação política por meio de suas “mañaneras”.

O sucesso de seu governo, com uma aprovação de 60% ao final do mandato, pavimentou o caminho para Sheinbaum, que agora tem a responsabilidade de continuar e expandir essas conquistas.

Durante sua posse, Claudia Sheinbaum deixou claro que seu governo será guiado por princípios firmes de justiça social, igualdade de gênero e soberania nacional. Escolheu para a posse um vestido que carregava nos punhos e na barra o famoso bordado mexicano.

Em seu discurso marcado pela presença de mulheres de comunidades tradicionais com suas vestimentas características, momentos de orações e rituais, diante de uma praça lotada de milhares de pessoas, a presidenta anunciou os 100 pontos de seu governo, dos quais merecem destaque:

1. Independência política e econômica: “Governarei com a divisão obrigatória entre poder político e poder econômico. Nunca me submeterei a qualquer poder econômico, político ou estrangeiro. Trabalharei sempre pelo interesse supremo do povo do México e da Nação.”

2 • Liberdades civis: “Garantiremos as liberdades de expressão, de imprensa, de reunião e de mobilização. Os direitos humanos serão respeitados e nunca utilizaremos a força do Estado para reprimir o povo do México.”

3 • Proteção dos direitos dos migrantes: “Protegeremos e defenderemos os direitos dos nossos compatriotas, heróis e heroínas, do outro lado da fronteira. Coordenação com os Estados Unidos sim, subordinação não.”

4 • Apoio às mulheres mais velhas: “As mulheres de 60 a 64 anos receberão um apoio bimestral equivalente a metade da pensão dos maiores de 65 anos. Um milhão de mulheres se beneficiarão a partir de 2025.”

5 • Igualdade de gênero e combate à violência: “Enviaremos uma proposta ao Congresso para elevar ao status constitucional a igualdade substantiva das mulheres em todas as suas formas e garantir o direito a uma vida livre de violência.”

De tempos em tempos Sheinbaum parava a leitura dos 100 pontos e perguntava se as pessoas estavam cansadas e recebia de volta gritos de esperança. Entre bandeiras e inúmeros itens

que levavam o rosto de Cláudia e de Obrador, o povo mexicano queria ouvir aquela mulher.

Claudia Sheinbaum não é apenas a primeira presidenta do México, mas também uma líder com uma visão clara de transformação profunda. Seu governo promete ser um divisor de águas para as mulheres no México, colocando o país no centro da agenda política global, não apenas pela fronteira com os EUA e todos os dramas que existem nessa relação, mas pela oportunidade de ter uma cientista, não negacionista, mãe e lutadora social, como sua referência máxima.

Nos próximos seis anos espera-se que o México continue a ser uma referência em termos de políticas progressistas, especialmente no que tange à igualdade de gênero, ao desenvolvimento econômico inclusivo e principalmente, no debate sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, tema que assola todo o planeta.

O mandato de Sheinbaum marca, de fato, o tempo das mulheres. É um período em que as conquistas feministas não serão mais relegadas a segundo plano, mas estarão no centro do poder. O México, sob sua liderança, inicia um novo capítulo de mudanças sociais, onde as mulheres ocupam não apenas mais espaço, mas têm um papel decisivo na construção de um futuro mais justo, igualitário, inclusivo e sustentável. ■

**Pedro Henrichs** é Gestor Público formado pelo Instituto de Educação Superior de Brasília IESB, CEO da Henrichs Consultoria, secretário executivo Regenera Brasil, ex-presidente do Fórum de Juventude dos BRICS. Observador eleitoral.

**Iara Cordero**, formada em Administração, pós-graduada em Gestão e Políticas Públicas, com formação no Curso Internacional em Políticas Públicas, Justiça e Autonomia das Mulheres na América Latina e Caribe, pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO.

23/10/1956

## Hungria rechaça domínio soviético

A Hungria se insurge contra a União Soviética. Pela primeira vez, um país do Leste Europeu se levanta em massa e tenta instaurar uma república fundada em valores democráticos: direito de se movimentar sem ser detido arbitrariamente; liberdade de expressão; direito de reunião, associação e manifestação. É a Revolução Húngara.

O movimento foi uma reação às pressões da dominação da União Soviética — que ocupava militarmente o país e controlava toda a vida da sociedade — e buscou aproveitar as fissuras abertas no Kremlin pelo 20º Congresso do Partido Comunista que, em fevereiro, denunciara os crimes de Stálin.

Em junho, depois da denúncia, outros países se manifestaram: houve protestos em Berlim Oriental e na Polônia, que foram violentamente reprimidos.

A Revolução Húngara, inspirada nas formulações de intelectuais que pregavam a construção de um socialismo humanista, democrático e nacional, iria além dos protestos.

O estopim foi a selvagem repressão às manifestações estudantis de 23 de outubro em Budapeste, que deixou um grande número de mortos e feridos. O massacre atraiu a solidarieda-

de de operários e trabalhadores, que aderiram ao movimento e iniciaram uma marcha em direção à praça do Parlamento — no início da noite, cerca de 200 mil pessoas já engrossavam as massas de estudantes e se recusavam a dispersar.

Com a chegada da polícia, o que era manifestação transformou-se em batalha campal.

Quando as tropas tentaram dispersar a multidão em frente ao prédio da rádio Budapeste, os manifestantes forçaram a invasão do prédio da rádio e teve início um tiroteio que causaria mortos e feridos.

Esse episódio da rádio Budapeste representou o ponto sem volta para o início da Revolução Húngara — e o que era só protesto virou levante popular.

Uma semana depois, foi implantado um governo multipartidário no país, que anunciou, em 1º de novembro, a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia. No mesmo dia, o Exército Vermelho invadiu o país e, no dia 4, chegaria a Budapeste, sufocando brutalmente a revolução.

Nas ruas de Budapeste e nos calabouços comandados pela KGB, milhares de pessoas seriam mortas. Até o dia 14, e esparsamente nos meses seguintes, os soviéticos ainda enfrentariam focos rebeldes.

23/10/1985

## Morre Nativo da Natividade em Goiás

Nativo da Natividade de Oliveira, presidente do Sindicato Rural de Carmo do Rio Verde, em Goiás, é morto com quatro tiros à queima-roupa pelo pistoleiro Júlio Santana, na entrada do sindicato. A viúva de Nativo denuncia que ele havia sido executado devido à sua militância no PT e na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O assassinato fora encomendado pelo então prefeito da cidade, Roberto Pascoal Liégio, com o apoio do presidente do Sindicato Rural (patronal), Geraldo dos Reis de Oliveira, integrante da União Democrática Ruralista (UDR), e do fazendeiro Genésio Pereira. Com a anulação do primeiro julgamento, o crime prescreveria e nenhum deles foi condenado.

O pistoleiro Júlio Santana, assassino confesso de Nativo, matou 492 pessoas em todo o país, quase todas envolvidas em conflitos pela posse da terra. Ele anotava num caderno o nome de cada vítima e do mandante, conforme relato feito ao repórter Klester Cavalcanti e publicado no livro “O Nome da Morte”, lançado em 2006.

Muitos outros líderes na luta pela terra seriam assassinados nos anos seguintes, como Chico Mendes e Paulo Fonteles, advogado do sindicato de trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia (MT). A violência chegaria ao auge na chacina de Eldorado de Carajás, na qual 19 camponeses foram mortos pela Polícia Militar do Pará em 1986.



24/10/1945

## ONU é criada para assegurar a paz

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvemos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla...”

Assim começa a Carta das Nações Unidas, documento elaborado por representantes de 50 países — entre eles o Brasil — presentes

à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco (Estados Unidos) de 25 de abril a 26 de junho de 1945.

São objetivos da instituição: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

Os principais órgãos da ONU são: Assembleia Geral, Conselho

de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. O Conselho de Segurança é formado por 15 membros das Nações Unidas. A China, a França, a União Soviética, o Reino Unido e os Estados Unidos são membros permanentes.

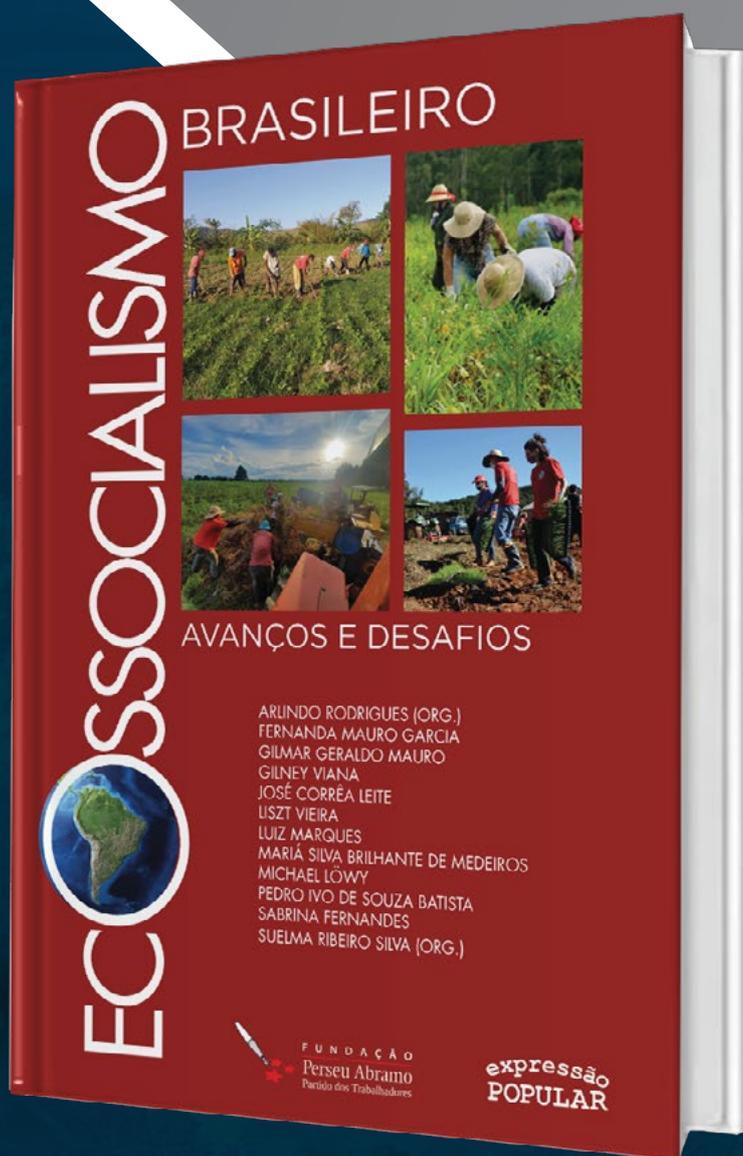
A carta foi ratificada pelos líderes dos Estados nacionais, e a ONU passou a existir oficialmente no dia 24 de outubro do mesmo ano. Na primeira reunião da Assembleia Geral, que aconteceu no ano seguinte em Londres, foi decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)

# SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

[fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios](http://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios)

Edição impressa disponível nas livrarias ou na loja virtual da coeditora, **Expressão Popular.**



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR